

OS AFETOS ANTIFEMINISTAS DE DAMARES ALVES Mobilização do medo e neoconservadorismo no Brasil¹

THE ANTIFEMINIST AFFECTS OF DAMARES ALVES Fear mobilization and neoconservative in Brazil

Isabela Guimarães Andrade ²

Resumo: O presente artigo busca colaborar com a inserção do debate teórico feminista, acompanhado da sociologia política. Propõe-se a pensar o impacto da agenda antifeminista nas dinâmicas públicas e sociais do Brasil, tendo como fio condutor a análise do discurso da atual senadora do DF, Damares Alves, enquanto fora responsável pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos durante o governo Bolsonaro. Seguindo os preceitos teóricos apresentados por Vladimir Safatle e Flávia Biroli, são correlacionados os temas família, neoconservadorismo e moralidade cristã afim de sistematizar os componentes que formam a narrativa do antifeminismo, com enfoque na mobilização do medo como seu afeto central.

Palavras-Chave: antifeminismo, neoconservadorismo, mobilização de afetos.

Abstract: This work aims to analyze the impact of minister of Woman, Family and Human Rights Damares Alves' antifeminist rhetoric in Brazil's public and social dynamics. In accordance with theory put forth by Vladimir Safatle and by Flavia Biroli, the themes of family, neoconservative values, and Christian morality are correlated to synthesize the building blocks of the antifeminist narrative, with special focus on its use of fear as a central affect.

Keywords: antifeminism, neoconservatives, morality, politics affects

¹ Trabalho apresentado na sessão de Discurso e representação política da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Isabela Guimarães Andrade (isabelaguimrs@gmail.com) é mestranda no programa de Comunicação e Semiótica na PUC-SP, jornalista e bacharel em Comunicação Social (FAAP). O presente artigo é fruto de Iniciação Científica orientada pelo Prof. Dr. José Corrêa Leite e elaborada na Fundação Armando Álvares Penteado.

1. Introdução

Damares foi uma das bases mais sólidas do governo Bolsonaro, tendo forte apoio entre as camadas populares, contando com a força dos grupos religiosos – fora escolhida para comandar uma pasta de grande relevância para o Governo, na qual sua adesão à moral e aos costumes tradicionalistas é um eixo político central. Em nome da família, Damares se intitula ‘pró-vida’, condena movimentos ligados à gênero e anuncia o poder destrutivo do feminismo: é uma ameaça a divisão sexual do cotidiano, contra a uma suposta ordem natural e biológica do ser humano. Como resposta aos movimentos feministas atuando como agentes políticos – responsáveis por avanços legais e sociais para mulheres nas últimas décadas – cresce o movimento antifeminista, que vem se consolidando junto à extrema-direita brasileira.

A partir da análise de falas retiradas de entrevistas concedidas por Damares Alves e disponibilizadas no YouTube durante o ano de 2020, são identificadas características do discurso usado para despertar afetos que resultam na adesão à luta contra a agenda feminista. Aborda-se de que maneira o medo é articulado na esfera política como modo de gestão social, alimentando um sentimento de insegurança contínua – útil para justificar o controle dos corpos. É criado um inimigo para representar o mal maior e no processo de autodefesa, é posto em cheque o funcionamento de uma democracia que abarca as agendas de igualdade e diversidade. Inerente à hipervalorização do ‘eu’ em detrimento ao coletivo, observa-se como o medo sempre estará presente quando se defende a individualidade como realização própria do indivíduo e não afetado pelas estruturas de gênero, raça e classe que determinam as condições materiais da vida em sociedade.

Em seguida, são relacionadas ideias que compõe o eixo central do antifeminismo à política Bolsonarista, na voz de Damares Alves. Observa-se de que modo ocorre formulação do feminismo como ameaça baseado na disseminação de dois principais medos: 1. da ‘ideologia de gênero’ que procura desacreditar os estudos de gênero – responsáveis pelos diagnósticos da situação de mulheres e por tornarem visíveis questões ora naturalizadas, assim questionando o papel feminino

imposto pela tradição patriarcal e cristã; 2. a luta por direitos reprodutivos, tratada como pauta única do feminismo, é também nomeada de ‘cultura da morte’.

Na defesa da beleza, da família e dos papéis de gênero, o movimento antifeminista reúne mulheres com um mesmo sentimento: o medo da ameaça ao que já conhecem e vivem – medo esse que guia ações por limitar a visão de futuro, reduzindo as possibilidades de mudança e criando uma demanda de amparo, o que por sua vez, facilita a adesão à estruturas que ditam como agir.

2. A política do medo

Dameres Alves é voz essencial para a mobilização dos afetos que circulam na esfera da extrema-direita, sendo parte de um modelo político constituído pelo medo. Tal afirmação pode ser feita à luz dos Circuito dos Afetos (SAFATLE, 2020), que parte da ideia de que a sociedade é formada – para além das normas e regras sociais – por um circuito de afetos. Em consequência, a política é um modelo de organização da circulação social de tais afetos, na qual as instituições sociais influenciam ações individuais que são causadas e ocorrem em conformidade com o que afeta.

Seguindo a perspectiva hobbesiana, a partir de Leviatã (2003, apud SAFATLE, 2020, p. 16) se compreende a relevância do medo como afeto político central: “de todas as paixões, a que menos faz os homens tender a violar a lei é o medo”. O medo se constitui junto a figura do indivíduo como aquele que é defensor de sua individualidade e privacidade, onde se firma o ‘Eu’ e o ‘Outro’ de tal maneira em que o segundo se torna um “invasor potencial”. Há uma “cultura emergencial”, onde se propaga um risco iminente e contínuo de ser violentado.

O autor compreende a partir de Spinoza (2007 apud SAFATLE, 2020, p. 99) que o medo é similar à esperança, por serem ambos afetos marcados pelo tempo: “a esperança é uma alegria instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida. O medo é uma tristeza instável, surgida da ideia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida”. Assim, num cenário onde é possível se controlar as contingências que são

ameaçadoras para a sociedade – como a fome e violência – e excluir a dúvida, a esperança se tornaria segurança. Nessa visão, a função do Estado seria “libertar o indivíduo do medo a fim de que ele viva, tanto quanto possível, em segurança, isto é, a fim de que ele mantenha da melhor maneira, sem prejuízos para si ou para outros, o seu direito natural a existir e agir” (SAFATLE, 2020, p. 100).

Em um modelo político onde se coloca a proteção da propriedade e da individualidade máxima como algo central, Safatle afirma que “é mais correto dizer que o Estado não se coloca como garantia da segurança, mas como gestor da insegurança social”. Não se trata de agir em prol da segurança social, mas de gerir no interior de uma lógica própria de legitimação do Estado.

Partindo de ‘um mal maior’, é trabalhada intensamente a existência de uma ameaça – não necessariamente real, muitas vezes amparada em inimigos imaginários (vide o comunismo, o feminismo radical, a guerra às drogas) – reforçando o risco e a sensação contínua de insegurança. A conjuntura é propícia para o surgimento de figuras populistas de autoridade, apresentados como aqueles que poderão amparar a sociedade, com promessas de tolerância zero à insegurança. Um salvador da pátria, um herói em detrimento de projetos coletivos e emancipatórios, que leva a negação da política como construção de um projeto para sociedade que busque prover o bem estar social.

3. Os medos propagados por Damares

O uso do medo como afeto central é característico da gestão bolsonarista, que tem como seu ‘mal maior’ a esquerda brasileira, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). A campanha presidencial de 2018 do então candidato Jair Bolsonaro foi centrada no antipetismo e no combate a corrupção, mas teve como seu alicerce o cunho conservador. Carregando o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, apresenta de forma clara sua política nacionalista e a influência da moral cristã. Nesse sentido:

O “ressentimento”, o “medo” e “desamparo” estão relacionados aos afetos morais que, atravessados pelo antagonismo mundo-igreja, mobilizam setores conservadores através de discursos morais – sendo traduzidos

pelas disputas em torno de moralidades como a preservação da família diante das ameaças “mundanas”, típicas do universo religioso evangélico. (GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS. 2021)

Em seu discurso de posse, recém eleito presidente, declarava guerra à ‘ideologia de gênero’ em nome da proteção da família. Nesse cenário, o feminismo representa o Outro, sendo uma ameaça a esfera privada pessoal. Flávia Biroli aponta que é retomada “a ideia de que se trataria de um movimento contra a família e também contra a liberdade humana” (2020, p.138), em benefício daqueles que descredibiliza ao nomear como uma minoria problemática, que ameaçaria a vida de uma maioria cristã – que por sua vez é lida como nação.

O modelo político do medo é reproduzido por Damares Alves em seu ministério. Logo que tomou posse de seu cargo, a Ministra informa animada que começamos uma nova era no Brasil: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, afirmava em vídeo de comemoração pela vitória da chapa, que circulou no dia 2 de janeiro de 2019. A fala é um grito de vitória, o enunciado do fim da disseminação da ‘ideologia de gênero’ que estaria sendo imposta pelo movimento feminista, contra qual Damares afirma ter liderado a resistência desde o princípio³.

O conceito de ‘ideologia de gênero’ surge nos anos 1990 e parte do pressuposto que os estudos de gênero e os movimentos sociais feministas e LGBTQIA+ seriam uma ameaça à família, ao sexo matrimonial e à complementaridade entre homens e mulheres.(BIROLI. 2020, p.154) Consolidado no universo católico, evangélico e principalmente neopentecostal, o medo é provocado com base em uma leitura errônea de teorias feministas que visam à igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual.

Para os grupos conservadores que se valem da ideologia de gênero, o ideal de mulher é herdado da tradição patriarcal, uma “mulher submissa, propriedade, feminina, decorativa, reclusa, servindo, todas essas características, ao binômio esposa/mãe ou objeto sexual” (INOCÊNCIO; GALETTI, 2020). Sendo assim, não há espaço para conceitos de emancipação e autonomia feminina, já que esses vão de encontro a noção proposta. Não é possível existir uma mulher submissa e

³ Entrevista à DW Brasil, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fYTLsV4SEKU&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=6>>

emancipada, ao passo que tão pouco há autonomia em ser objeto – é a ampliação da mulher para além de tal essencialismo que causa o embate inicial da tradição com as teorias feministas.

Para Damares, “é uma teoria que chega ao Brasil dizendo que não pode mais ter bonecas e brinquedos de menino”. Em entrevista para o ‘Na Lata’⁴ apresentado por Antonia Fontonelle, no dia 3 de junho de 2019, a Ministra explica que “a ideologia de gênero vem com a premissa de que ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, que é uma construção social” e que seu grande combate é causado pela preocupação da influencia dessa ideologia nas escolas, temendo a confusão que poderia gerar à crianças.

A pesquisadora Flávia Biroli faz um apanhado teórico do surgimento do conceito e indica o papel do fundamentalismo religioso em sua construção: em 2003, Jorge Scala, advogado argentino, publica o livro ‘Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família’, veiculado no Brasil pela editora católica Katechesis. Ele expõe suas preocupações com o conceito de gênero baseadas na noção de que haveria uma manipulação da linguagem, cujo objetivo máximo seria destruir a família e a dinâmica natural da reprodução se utilizando do sistema educacional formal para construir hegemonia (BIROLI, 2020, p. 166). Similar as ideias desenvolvidas pelo Movimento Escola Sem Partido⁵, apoiado por Damares Alves e aplicado na gestão do Ministério da Educação de Bolsonaro.

⁴ Entrevista ao Na Lata, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eJTaS7unqpE&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=2>>

⁵ O Escola Sem Partido é um movimento que tem sua oficialização marcada pelo projeto de lei 7180/2014, cujo objetivo descrito na Câmara dos Deputados é “incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Esse PL foi arquivado no fim do ano de 2018 e atualmente tem versão atualizada em tramitação, o PL 246/2019, que visa coibir o debate sobre as dimensões de gênero nas escolas: “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” e tem como justificativa a seguinte explicação da Deputada Bia Kicis: “é fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis”.

Para Scala, a autonomia de cada qual escolher livremente o que gosta retiraria o sentido das concepções da complementariedade dos sexos e da norma da heterossexualidade e a abordagem da sexualidade e de questões reprodutivas levaria ao “exercício sem limites da sexualidade apetejada por cada um” (apud BIROLI, 2020, p. 166), evidenciando a moral sexual como eixo principal da disputa. Em consonância, é publicada em 2004 a ‘Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração de homens e mulheres na Igreja e no mundo’, assinada pelo papa Bento XVI, onde é reafirmado o caráter biológico dos papéis sob o argumento de que “homens e mulheres têm naturezas diferentes e devem trabalhar juntos” (apud BIROLI, 2020, p. 161)

A transformação dos estudos de gênero em algo à ser temido acontece a partir da manipulação de conceitos de autoras como Simone de Beauvoir e Judith Butler. Em 1949, Beauvoir publica ‘O Segundo Sexo’, onde consta a celebre frase “não se nasce mulher, torna-se” que visava questionar os valores tidos como femininos e o que caracterizaria a mulher enquanto sujeito. Para a autora, aquilo que se entendia por mulher se constituía em relação ao homem – o sujeito universal – e assim, seria sempre o outro, se tornando alienada de si.

É quando se iniciam as distinções entre gênero e sexo, sendo o primeiro uma construção social, um conjunto de características e de papéis imposto à pessoa dependendo de seu sexo, que por sua vez se refere as características biológicas do indivíduo. Os estudos de gênero compreendem a partir de então o impacto da capacidade reprodutiva que predominava sob o sujeito feminino; pois atrelava a mulher à suas funções reprodutoras, colocando-a em uma posição doméstica e causando sua exclusão da vida pública.

Anos depois, em 1990, Judith Butler publicava ‘Problemas de Gênero’, no qual se desenvolve a ideia de que a identidade ‘mulher’ precisa ser desconstruída para que se pense a libertação da mesma. Butler acredita que a caracterização e unificação do gênero seria contrária “as próprias possibilidades culturais que o feminismo deveria abrir” (2013, p. 444) e advoga em prol do entendimento da identidade enquanto algo produzido que “não é nem inevitavelmente determinada,

nem totalmente artificial ou arbitrária” (2013, p. 445). É a partir das teorias apresentadas nesse livro que se desenvolve a teoria *queer* nos anos seguintes, que elabora a não-existência de papéis sexuais de caráter biológico presentes na natureza humana.

Pode-se afirmar que a teoria *queer* seria a grande causadora do pânico moral conservador, já que desconstrói a posição naturalista da divisão sexual do trabalho e abala a função social da mulher “fortemente marcada pela responsabilização desigual pelas tarefas domésticas e de cuidado” (BIROLI, 2020, p. 164). É a essa mudança de paradigmas que Damares Alves se refere ao dizer, em entrevista à DW Brasil, no dia 2 de março de 2020, “essa ideologia é do cão e vem para desconstruir tudo o que está posto e não apresenta nada no lugar” – aqui é possível ver a articulação do desamparo para gerar desconforto: o medo do desconhecido e do não saber, marcado pela incerteza do futuro. Assim, o modelo conservador forja um amparo baseado em estruturas patriarcais que serviriam como norma de conduta.

Outro instrumento utilizado para mobilizar o afeto ‘medo’ na cruzada antifeminista é o uso da luta por direitos reprodutivos – em especial, o aborto – como uma ameaça à vida e novamente, à família. Em um vídeo divulgado de uma reunião ministerial do governo Bolsonaro do dia 22 de abril de 2020, Damares Alves afirma que o ministério da saúde está “lotado de feminista que tem uma pauta única, que é a liberação do aborto” e ressalta o cunho moral da gestão ao dizer que se trata de “um governo pró-vida, um governo pró-família”.

O próprio uso do termo ‘pró-vida’ para definir aqueles que lutam contra o direito ao aborto é parte da estratégia de reducionismo do feminismo à um movimento ‘do mal’, cuja única luta seria em prol do “direito de matar e de matar outras mulheres”, como afirma a Ministra em entrevista concedida no dia 30 de dezembro de 2020, ao pastor da igreja neopetencostal Fonte da Vida, Fábio Sousa.

O direito ao aborto seria uma contravenção à regra da biologia, baseado no conceito de que a mulher seria naturalmente hospedeira de vida, defendido por Damares: “É a regra desse planeta, quem criou esse planeta estabeleceu uma

regra: a fêmea é hospedeira de vida, se não quer ser hospedeira de vida, lamento mas você está no planeta errado. É natureza, nós não podemos lutar contra natureza”⁶. Ela acusa o direito ao aborto como algo que contraria a liberdade, em uma lógica de que não caberia a mulher decidir se deseja ou não prosseguir com a gravidez pois isso está para além de sua gama de direitos: “o que está dentro da barriga da mãe não é teu corpo, é outro corpo e você não pode decidir. Faz o seguinte, deixa nascer e ter uma certa idade e depois pergunta a criança se ela quer ser abortada. Deixa ela decidir, não são direitos?”⁷. Nesse raciocínio, a Ministra equipara o aborto ao assassinato de crianças.

Essa visão de liberdade é similar ao de Friedrich Hayek, um dos principais autores da concepção neoliberal. Para ele, a liberdade é constituída pela tradição moral. (1960 apud BROWN, 2020, p. 120) Essa tradição promoveria a liberdade por sua “natureza voluntária”: não há coerção, mas conformidade por meio da conduta habitual – que via de regra, é codificada e transmitida pela religião. Ao analisar formulação de Hayek, Wendy Brown aponta que ao ser assegurada pela religião, a tradição “assume o manto de incontestabilidade e de verdade simbólica” (2020, p. 126). Acarretando consequências como a dissociação de verdade e a ética, comum em regimes autoritários; a contestação da igualdade e justiça em nome da tradição moral, além de eliminar a legitimidade da soberania popular.

No sentido proposto por Hayek, a liberdade dos direitos reprodutivos poderia ser encontrada na proibição do aborto, já que se ancora na tradição moral e a demanda por libertação de tal coibição seria em si um ataque a liberdade. A aplicação prática do conceito haykiano pode ser vista na fala de Damares Alves em entrevista no dia 8 de março de 2020 ao Poder em Foco, quando diz que “se fizerem um plebiscito, o aborto nunca será aprovado no Brasil [porque] a sociedade brasileira é contra o aborto”, tratando a política contra aborto como apenas uma aplicação da vontade de uma maioria, por ser aceita comumente pelos “membros do grupo no qual prevalecem as regras da moral” (BROWN, 2020, p.119) – novamente, há uma

⁶ Em entrevista à TV Fonte, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HoTzRNfkxiU>>

⁷ Em entrevista à TV Fonte, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HoTzRNfkxiU>>

transformação de uma maioria cristã em nação, ignorando os impactos da exclusão de todos aqueles que fogem a norma.

Atualmente, o aborto é legal no Brasil sob três condicionantes asseguradas no Artigo 128 do Código Penal: gravidez de risco à vida da gestante ou gravidez resultante de violência sexual; e em casos de anencefalia fetal – conforme o Supremo Tribunal Federal decidiu em 2012 (ADPF nº54). Entretanto, a gestante induzir o próprio aborto ou permitir que o realizem fora de tais circunstâncias, é criminalizado pelos Artigos 124 e 126 e prevê pena de detenção que varia entre 1 e 3 anos para a gestante e 1 e 4 anos para o terceiro envolvido. De acordo com o banco de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Justiça em Números Digital, apenas no ano de 2020 foram movidos 1.341 processos por aborto, tendo a gestante como ré em 467 desses.

Ainda assim, a prática do aborto não é algo incomum no Brasil, pelo contrário: segundo a Pesquisa Nacional do Aborto de 2016, 1 em cada 5 mulheres brasileiras já realizou ao menos um aborto ilegal ao final de sua vida reprodutiva. Concluiu-se que se trata de um fenômeno “frequente e persistente entre as mulheres de todas as classes sociais, grupos raciais, níveis educacionais e religiões” (Diniz; Medeiros; Madeiro, 2017), o que indica que não há reduções na prática em decorrência à fé individual.

Mais do que um tema de disputa da moralidade cristã, o aborto é um problema de saúde pública no país. Segundo declaração do Ministério da Saúde registrada pelo COFEN, no ano de 2016 o número de vítimas de aborto realizado de forma insegura eram equivalentes à 1 morte a cada 2 dias, totalizando 203 mulheres. A pesquisa ‘Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?’ divulgada no Caderno de Saúde Pública, registra a subnotificação de casos, a insuficiência de dados oficiais no país e conclui que há um perfil de mulheres com maior risco de morte por aborto:

Essas são as mulheres de cor preta e as indígenas, de baixa escolaridade, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e vivendo sem união conjugal. [...] Esses grupos necessitam principalmente de acesso e qualificação das ações de planejamento reprodutivo e atenção pré-natal, a fim de reduzir o risco da ocorrência de aborto quer seja espontâneo ou provocado. (CARDOSO, VIEIRA, SARACENI. 2020)

Enquanto certo grupo de mulheres pode pagar pelo acesso à métodos seguros, as principais vítimas da criminalização do aborto são mulheres marginalizadas. É reflexo da desigualdade racial e econômica da sociedade brasileira: são pretas e pobres aquelas que mais morrem em razão da falta de assistência médica e das condições precárias em que realizam o procedimento. Contudo, em detrimento da conjuntura, não há previsão de mudanças nas leis – pelo contrário, o governo atual rejeita qualquer avanço da pauta em nome da proteção à família e aos costumes religiosos.

Junto ao pânico moral causado pela ideologia de gênero e pela luta contra os direitos reprodutivos femininos, há um terceiro pilar na mobilização do medo como afeto central da política de Damares Alves: o combate a violência contra a mulher. Esse é seu grande – e breve – ponto de convergência com o movimento feminista, ressaltado pela Ministra em entrevista no dia 24 de dezembro de 2019, ao dizer que apesar de parte do seguimento conservador acreditar que “essa coisa da violência contra a mulher é bandeira das feministas” com resquícios de deslegitimação do movimento, contrapõe sua base de apoio afirmando que “não é, a violência contra mulher é de verdade no Brasil”⁸.

Entretanto, sua abordagem do problema se afasta do feminismo à medida que responsabiliza a mulher pela solução de sua situação de vítima. Para Damares, a solução está na lógica punitivista: a mulher deve denunciar o agressor à polícia, justificado pela necessidade de identificação, “preciso saber quem é esse agressor para poder pegar essa pessoa”, afirmou em entrevista ao Poder em Foco. Dessa maneira, se a mulher não denuncia seu agressor, ela contribui para a manutenção de sua situação de vulnerabilidade – são ignoradas questões como a dificuldade de denúncia por fatores como dependência emocional e econômica, além da condição de dupla agressão que a mulher é colocada ao buscar delegacias para realizar tal denúncia, sendo comum cenas de descredibilização da mesma e maus tratos.

É a aplicação prática do Estado como gestor da insegurança social apresentado por Safatle – não se apresentam propostas de ações que busquem

⁸ Em entrevista ao MyNews, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6n1M-QarZQ&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=15>>

mudanças estruturais, mas a manutenção do medo e do pânico usados para justificar a política de segurança de Damares: “nós vamos ter que trabalhar muito ainda a repressão, vai ter que ser repressão, vai ter que ser prisão, vai ter que ser punição”⁹.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial das Nações Unidas (ACNUDH) de feminicídio e violência contra mulher atinge números altos, chegando a mulher agredida a cada quatro minutos, segundo dados do Ministério da Saúde. 70% dos casos acontecem em casa e o agressor quase sempre é uma pessoa próxima – sendo esse em 36% dos casos, o marido e em 14%, o ex-marido. Outros papéis comuns aos agressores são de pais, padrastos, irmãos e filhos. Se trata de uma situação que demanda atenção urgente e soluções reais em nome da integridade da mulher.

Uma explicação do porquê de tanta violência é a da autora Heleieth Saffioti (2004, apud GALETTI, 2020) que observa a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, principalmente na esfera privada. Em consonância com ideal feminino defendido pelos conservadores, “mulheres são socializadas para terem comportamentos apaziguadores, dóceis, enquanto homens são incitados a condutas agressivas, perigosas e a demonstrar virilidade via suas ações” (GALETTI, 2020). Com homens agressivos e mulheres dóceis, a subjugação aparece como consequência, tornando possível identificar o dano causado pela defesa dos papéis de gênero.

4. (Neo)conservadorismo, família e igreja

A tradição histórica do Brasil é conservadora: desde a colonização do país, têm sido transmitidos valores machistas e patriarcais que não facilitaram o desenvolvimento de políticas públicas feministas. Mas a oposição à agenda de gênero passa a assumir um papel central em governos de extrema-direita, como o caso Bolsonaro, “em defesa da família e da ordem sexual com base nos valores

⁹ Em entrevista à TV Fonte, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HoTzRNfkxiU>>

cristãos” (BIROLI, 2020, p. 137). Como consequência, trazem retrocessos para os direitos das mulheres e de pessoas LGBTQIA+, comprometendo o funcionamento da democracia por restringir valores como “pluralidade, laicidade, proteção a minorias, direito à livre expressão e à oposição” (BIROLI, 2020, p. 137) sob a premissa de que tudo parte de cunho ideológico, exceto o conservadorismo.

Trata-se de uma corrente política denominada ‘neoconservadorismo’, conceituada por Wendy Brown como o projeto moral do neoliberalismo econômico (2020, p. 109), cuja principais características são a restrição do papel do Estado, a priorização do privado em detrimento do público e a extensão dos valores de mercado às políticas sociais. É a partir do neoliberalismo que ocorre a transferência de funções estatais, como a responsabilidade pela seguridade social, para os indivíduos e para a entidade familiar.

Com ênfase no indivíduo com fim em si mesmo, a sociedade de consumo se desenvolve e vende o ideal da máxima satisfação dos desejos. Safatle observa que o neoliberalismo teve como resultado psíquico a constituição de “um ideal empresarial de si” (2020, 138), que aplica a lógica de mercado ao indivíduo e ressignifica os riscos de insegurança social causados pela desregulamentação do trabalho. Fundamentada na produtividade, a performance de trabalho é influenciada pelo ritmo acelerado da economia neoliberal que desconsidera o impacto do aumento de horas na jornadas de trabalho acompanhada da desvalorização e redução de salários.

Nesse cenário, uma autoavaliação com base em valores de mercado acarreta na mobilização do medo ligado ao fracasso econômico. Há um “risco de morte social devido à degradação econômica iminente” (SAFATLE, 2020, p. 141) que só pode surgir a partir do desmantelamento do Estado responsável pelo bem-estar social – não deixando opções para além a conformação com tal raciocínio, ante ao medo de ser excluído e deixado para trás.

Amparadas nesse medo, igrejas evangélicas brasileiras – além de se constituírem como “empreendimentos financeiros e possibilidade de carreiras de sucesso para alguns” (GRACINO JUNIOR; GOULART; FRIAS. 2021) – trabalham

com a ‘teologia da prosperidade’, muito comum entre neopetencostais. Frequente em contextos de vulnerabilidade social, a ideia defendida é que o sucesso financeiro é uma recompensa divina para aqueles que seguem os preceitos da religião, com enfoque no efeito compensatório de riqueza material das doações para os ministérios cristãos.

Há uma redefinição dos valores cristãos que “conecta mérito, sucesso econômico e moralidade”, acompanhados de “novos padrões de politização da religião que envolvem a participação mais assertiva dos atores conservadores religiosos nas disputas eleitorais” (BIROLI, 2020, p. 196), como se tem acompanhado na cena política do país dos últimos anos.

A união entre neoliberalismo e a religião se consolida no neoconservadorismo, unidos pela moral em defesa da família. Enquanto a narrativa cristã enfatiza o poder patriarcal e os valores tradicionalistas, baseados na reprodução de papéis de gênero para a conservação do modelo familiar heteronormativo; o modelo neoliberal depende da atuação dessa família. Para compensar a falta de assistência do Estado, Melinda Cooper (2016 apud BROWN, 2020, p. 21) aponta que há uma “responsabilização das famílias, em vez do Estado pela provisão de qualquer tipo de cuidado para seus dependentes – sejam crianças, deficientes ou idosos”, representando uma rede de proteção e também “um reservatório de disciplina e uma estrutura de autoridade” (BROWN, 2020, p. 114).

A expansão da ‘esfera pessoal protegida’ corresponde à ampliação do papel da família, e é outra forma neoliberal de privatizar a vida cotidiana: o termo é desenvolvido por Hayek em consonância ao seu conceito de liberdade moldada pela moralidade tradicional já mencionado no capítulo anterior. Essa esfera serviria como proteção da “coerção exercida pelas formas democráticas como a igualdade, a inclusão, o acesso e a justiça social” (BROWN, 2020, p. 129) e amplia os limites da ordem moral para além da vida privada.

No cenário brasileiro, um exemplo de ampliação do alcance da esfera pessoal protegida são as escolas particulares evangélicas e católicas, que representam uma grande parcela das instituições privadas de ensino fundamental e médio. São

escolas cujo valores são alinhados à tradição religiosa, onde os pais podem garantir que não haverá propagação qualquer tipo de conteúdo que contrarie sua moral, como temas ligados à ‘ideologia de gênero’.

A mesma ideia ampara o Movimento Escola sem Partido e o apoio à educação domiciliar – cujo institucionalização está em debate e tem projeto de lei em tramitação. O PL 3262/2019 tem como justificativa uma suposta apropriação de direitos dos pais em prol da subversão da ordem familiar: “é um direito dos pais, por Lei Natural; assim, são eles a escolherem qual ambiente é mais compatível com a realidade de seus filhos”. É ignorado que o acesso à educação é um direito da criança e não dos pais, assegurado pelo artigo 205 da Constituição Federal.

Ainda sob a luz da expansão da esfera pessoal protegida, a atuação da igreja para além dos cultos também se faz notar. A ministra Damares Alves afirmou em entrevista no dia 2 de março de 2020 que “é o momento de a igreja ocupar a nação”. Tornando evidente a instrumentalização das tradições morais em prol do projeto neoconservador do governo, ela acredita que é papel da igreja “colaborar com a transformação da nação” e pontua a possibilidade de terceirizar a função de cuidado com as mulheres vítimas de violência doméstica para instituições religiosas:

Tenho um déficit no meu ministério, que é a falta de casas de abrigo para mulheres vítimas de violência. Os Estados não têm, os municípios não têm. Mas muitas igrejas têm um monte de salas fechadas que só abrem no domingo para meia hora de aula. Porque essa igreja não faz uma parceria conosco, cedendo o seu espaço físico para abrigar mulheres vítimas de violência? (ALVES)¹⁰.

A “parceria” proposta pela Ministra retira a responsabilidade do Estado, privatizando o que seria uma obrigação social. Desconsidera o impacto de colocar vulneráveis dentro de tais igrejas – desamparadas e sob o afeto do medo, essas mulheres estariam mais suscetíveis a abraçar figuras de autoridade comuns a religião. Economicamente, a ação exime o Estado dos custos de investimentos e manutenção do cuidado, característica do neoliberalismo.

¹⁰ Em entrevista à DW Brasil, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fYTLsV4SEKU&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=6>>

5. À guisa de conclusão: o antifeminismo no Brasil

Todas as forças descritas até então constituem, cada qual à sua maneira, o movimento antifeminista. Mobilizado através do medo e aparado na moral tradicional, tem em seu cerne a defesa da família heteronormativa – em consonância com o neoliberalismo e neoconservadorismo, que encontra nos núcleos familiares o amparo necessário para suprir as faltas de provisões de cuidado do Estado.

O antifeminismo é uma reação às demandas feministas e cresce em paralelo as mudanças sociais que essas provocam. A medida que o feminismo se consolidou como ator político capaz de promover avanços significativos, Biroli (2020, p.174) aponta que aqueles cujas posições são resguardadas pelo status quo patriarcal, sentem-se ameaçados pelo risco de perda de poder. A autora entende que os movimentos feministas codificaram transformações no tecido social ao desnaturalizar restrições à cidadania, à liberdade e à autonomia imposta as mulheres, atuando para “transformar as desigualdades de gênero em problemas políticos a serem combatidos pelos regimes democráticos-liberais” (2020, p.176).

A partir da análise proposta, é possível concluir que a ministra Damares Alves não inaugura nenhuma vertente de pensamento e tão pouco traz novidades para o movimento antifeminista, mas aplica sua agenda em nível institucional. Ela constrói o antifeminismo à medida que dissemina seus ideais, validando falas que até então vinham perdendo espaço com a maior abertura estatal para atuação política dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Sua adesão à moral cristã embasa o discurso que reproduz e molda suas ações no Ministério da Mulher, causando impacto material direto no cotidiano das brasileiras.

A mobilização do medo é fundamental por seu caráter temporal já mencionado acima, no capítulo “Políticas do Medo”: assim como a esperança, o medo surge da dúvida de algo futuro ou passado. Ele permite saber como agir por incitar a projeção do quê pode acontecer, mas limita as possibilidades à um espectro daquilo que já se conhece. É o medo que facilita a adesão a um movimento cuja principal característica é ser reativo à avanços legais e mudanças sociais – o medo das novas possibilidades de vida que surgem a partir da emancipação da mulher.

Em contrapartida, é a instituição família que mobiliza esperança, através da manutenção do patriarcado que prevê como o núcleo como um homem e uma mulher juntos em prol da procriação.

Em situação de vulnerabilidade, a família é apresentada pelo neoliberalismo como única rede de apoio segura – o que faz o medo de qualquer coisa que a ameace ser muito mais efetivo. As inseguranças reais são agravadas por ações como a Emenda Constitucional nº 95 de dezembro de 2016, que criou um teto para os gastos públicos por vinte anos e restringiu recursos para a educação e saúde pública, relegando a provisão de cuidados para os núcleos familiares. Não se trata de melhorar as condições de vida em sociedade, mas de fortalecer uma lógica própria que legitima esse padrão de atuação do Estado. Todo e qualquer caos social, na narrativa neoconservadora, é fruto do desvio moral que causa insegurança por corromper princípios tradicionais e é contra tal que a família cristã representa esperança.

Nesse cenário, a ministra Damares Alves é o arquétipo antifeminista que dita os moldes de atuação de outras diversas mulheres na esfera institucional: são deputadas, vereadoras e outras agentes políticas que reivindicam o direito de ser mulher e não lutar pela ampliação de direitos femininos por prezarem pelos papéis de gênero. Há uma forte dimensão representativa ligada à atuação das mulheres na cruzada antifeminista, principalmente por caracterizar a defesa de padrões estruturais imposto como opção individual de cada uma. Trata-se de celebrar uma liberdade em se conformar com normas, mesmo que essas reduzam a liberdade propriamente dita.

Ao se autodeclarar como “a ministra mais linda do Brasil” em suas entrevistas, Damares demonstra orgulho em buscar pelos padrões de beleza, mesmo não estando em conformidade estética com esses. Com traços de ressentimento, defende o uso de adereços culturalmente ligados à performance de feminilidade, como o uso de salto alto e maquiagem. Apesar de atuar na esfera pública, Damares insiste na função de mãe como responsabilidade primária da

mulher e aponta como vantagem política a suposta inclinação feminina natural de cuidar.

O antifeminismo é, em última instância, resultado da demanda por amparo que advém do uso do medo como afeto político mobilizador. Para Safatle (2020), esse desamparo abre espaço para adesão àquilo que promete solucionar a impotência diante das ameaças reais ou inventadas – similar ao que justifica a adesão ao movimento conservador e antifeminista: é na luta em defesa da moral e dos costumes que se encontra segurança em despeito das mudanças sociais. Para lutar em defesa de algo, é preciso que se identifique alguma ameaça – o que justifica a importância de tornar o feminismo em inimigo no processo de legitimar o projeto político da extrema-direita.

O poder patriarcal, ligado à predominância da figura do homem é estrutural na sociedade e “é do manejo conjunto do medo e da esperança, do temor e do desejo que as estruturas de poder se fundamentam” (SAFATLE, 2020, p. 140). Ao defender a natureza feminina questionada pelo feminismo, Damares Alves colabora para a manutenção de tal estrutura de poder mobilizando o medo das consequências de desnaturalizar desigualdades legais e sociais de gênero. O viés autoritário do antifeminismo dita como agir, fornece certezas em um cenário de insegurança contínua e ainda encontra um culpado para os problemas enfrentados.

Há uma tendência em tratar a leitura das teorias de gênero feitas pelo antifeminismo como pura má compreensão conceitual, que se equivoca na medida que tira a agenda intencional da mulher antifeminista. O movimento é consolidado por mulheres como Damares Alves, que compreendem que tais teorias afetam suas formas de vida e que acreditam que já existem direitos o suficiente para o seu gênero. São mulheres que creem ser beneficiadas pela estrutura machista e querem manter seus privilégios de contam com a aprovação masculina, e assim mergulham na subjetividade de um ideário feminino.

Referências

- BIROLI, Flavia. **Gênero, “Valores Familiares” e Democracia**. in: BIROLI, Flavia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Politéia, 2019.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. **Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?** Cad. Saúde Pública, 2020.
- Diniz, Debora; Medeiros, Marcelo; Madeiro, Alberto. **Pesquisa Nacional de Aborto 2016**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 2017.
- GALETTI, Camila. **Falta de pão e violência doméstica em tempos de coronavírus**. *Revista Espaço Acadêmico*, 03 abr 2020. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2020/04/03/falta-de-pao-e-violencia-domestica-em-tempos-de-coronavirus/>> Acesso em: 21 jun 2021.
- GALETTI, Camila Carolina Hildebrand; **Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas**. *Revista Eletrônica Interações Sociais – Volume 4, Número 1, Jan-Jun/2020*.
- GRACINO JUNIOR, Paulo; GOULART, Mayra; FRIAS, Paula. **“Os humilhados serão exaltados”: ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo**. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 23, n. 51, pp. 547-579, maio/ago 2021.
- SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos Afetos: corpos políticos, desamparo, fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2020.

Referências videográficas

- RedeTV. **Feminismo: Damares Alves diz que não compartilha com “todos os ideais”**. 18 nov 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WAJNX3Tms0E&list=PLOAmWHpDUkQq2XI73Ng1h30Sse9OpaKLS>> Acesso em: 21 jun 2021.
- Estadão. **O seu ministério está lotado de feministas com pauta única de liberação do aborto, diz Damares Alves**. 23 mai 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LZrXaluSGL8&list=PLOAmWHpDUkQq2XI73Ng1h30Sse9OpaKLS&index=4>> Acesso em: 21 jun 2021.
- DW Brasil. **“É o momento de a igreja ocupar a nação”, diz Damares Alves**. 02 mar 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fYTLsV4SEKU&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=5>> Acesso em: 21 jun 2021.
- Na Lata com Antonia Fontonelle. **NALATA com Ministra Damares Alves**. 03 jun 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eJTaS7unqpE&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=1>> Acesso em: 21 jun 2021.
- SBT Jornalismo. **Entrevista com Damares Alves | Poder em Foco**. 09 mar 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=drPaOP5Rsol&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=7>> Acesso em: 21 jun 2021.
- TV BrasilGov. **BRASIL EM PAUTA | Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos**. 01 jun 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=On6jXOKzptU>> Acesso em: 21 jun 2021.

MyNews. **DAMARES ALVES: POLÊMICAS, FEMINISMO, COMITÊ DE LIBERDADE RELIGIOSA E AUTOMUTILAÇÃO.** 24 dez 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p6n1M-QarZQ&list=PLOAmWHpDUkQq3vK06kO-WpMdanhNKleGV&index=14>> Acesso em: 21 jun 2021.

Fábio Sousa Oficial. **30/12/20 DAMARES ALVES - MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS.** 30 dez 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HoTzRNfkiU>> Acesso em: 21 jun 2021.

Gazeta do Povo. **Dameres critica conservadores desleais ao governo Bolsonaro.** 21 dez 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KbCNh-Uiv1E>> Acesso em: 21 jun 2021.